

Jutahy acredita que Governo apoiará adoção do 'distritão'

SALVADOR (O GLOBO) — O senador Jutahy Magalhães (PDS-BA) disse ontem acreditar na introdução do "distritão" na legislação eleitoral brasileira, por iniciativa do Governo ou pela aprovação do projeto do deputado Nilson Gibson (PDS-PE), que entrará em debate em março com a reabertura dos trabalhos do Congresso.

Ao afirmar-se amplamente favorável ao "distritão" (voto majoritário na eleição de deputados), Jutahy disse ser essa uma "fórmula que dá maior autenticidade ao resultado eleitoral, porque, de acordo com ela, serão eleitos os mais votados, obedecendo-se fielmente à vontade do eleitor e eliminando-se os candidatos que se elegem pela legenda mesmo tendo pouca votação".

INCORPORAÇÃO

Não acredita o Senador na efetivação da incorporação do PP ao PMDB dentro dos prazos exigidos na lei, levando-se em conta que "todos os recursos serão utilizados pelo PDS e pelos descontentes do PP ou do PMDB para evitar que a medida se consume". Outro aspecto que, segundo Jutahy, prejudicará a incorporação é o risco dos candidatos de ambos os partidos opositoristas se tornarem inelegíveis.

Ele manifestou-se contra a reabertura dos prazos de filiação parti-

dária, a qual poderia levar ao PDS os descontentes do PP, por entender que "a idéia é muito ampla e não se justifica, pelo menos nos termos em que foi proposta". Defendeu, contudo, uma alteração na legislação eleitoral a fim de permitir outra opção partidária aos políticos que não concordarem com a incorporação.

NOVAS ALTERAÇÕES

Jutahy Magalhães acha que o governo vai promover novas alterações na Lei Eleitoral mas não vê necessidade de uma convocação extraordinária do Congresso para sua aprovação. Retornando segunda-feira a Brasília, o Senador pretende manter contatos com setores do Governo e do PDS a fim de propor o aproveitamento de um projeto de sua autoria, estabelecendo que os candidatos recebem seus números eleitorais na própria convenção partidária que homologar as chapas e não mais através da Justiça Eleitoral".

Entende Jutahy que, realizando o sorteio na convenção, o partido terá agilizado o processo de numeração dos candidatos e sua divulgação será mais rápida do que atualmente. Conforme a legislação atual, diz ele, os candidatos saem muito prejudicados pois ficam durante algum tempo impossibilitados de fazer propaganda, à espera do sorteio na Justiça Eleitoral.